
**AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA — HOMICÍDIO - PRISÃO PREVENTIVA -
LIBERDADE PROVISÓRIA - INOCÊNCIA COMPROVADA DO RÉU****EMENTA**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE - AUTOS Nº, já qualificado, nos autos da ação penal de número, que teve início nesse Douto Juízo, através de seu advogado e procurador "in fine" assinado, devidamente inscrito na OAB Seção do, sob o nº, com escritório profissional instalado na Praça, nº andar, conj., nesta Capital, fone:, onde poderá receber intimação e notificação, vem, com a devida vênia e acatamento presença de Vossa Excelência a fim de retirar nossa solicitação no que diz respeito à RENOVAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA ou LIBERDADE PROVISÓRIA de, que se encontra aproximadamente dias recolhido em um cubículo da delegacia do ...º Distrito Policial desta Capital, à disposição da Justiça, pelas razões: Com o procedimento investigatório elaborado pela autoridade policial, ficou evidenciado que, não participara do crime que vitimou, pois a polícia prendeu, deixando-o várias horas na Delegacia, liberando-o mais tarde e com a prisão preventiva decretada por Vossa Excelência os policiais do Distrito em questão passaram a procurar e esse sabendo dos fatos, achou por bem se apresentar na Delegacia de Polícia em questão antes que fosse novamente preso, conforme esta evidenciado no inquérito policial a informação da apresentação de M.M. Juiz, com o interrogatório de, no dia do corrente, perante Vossa Excelência, ficou evidenciado, que, fora assinado por e não por, Nessas condições, Douto Julgador, não resta dúvida que o crime de homicídio foi praticado por, aliás esse, contou com detalhes como assassinou, Dizendo mais, que, não teve nenhuma participação no delito. Assim, M.M. Juiz cabe-nos retirar no que diz respeito à revogação da prisão preventiva de pois trata-se de um jovem trabalhador, honesto, que não tem antecedentes criminais conforme já ficou evidenciado nas certidões carreadas aos autos. Nessas condições, Douto Julgador, esperamos de Vossa Excelência e mesmo do Ilustre Representante do Ministério Público se necessário for, a mais abalizada apreciação do caso em questão, por ser de inteira JUSTIÇA! Requerendo ainda, à juntada aos respectivos autos, à declaração devidamente assinada por, onde diz que, é marceneiro e trabalha na firma da pessoa citada. N. Termos, P. Deferimento, de de Advogado